



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA LINGUAGEM (FACL)

DANIELE RODRIGUES GOMES

**OS IMPACTOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO: UM
OLHAR SOBRE UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA A PARTIR DO
PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA**

Abaetetuba-Pa

2025

DANIELE RODRIGUES GOMES

**OS IMPACTOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO: UM
OLHAR SOBRE UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA A PARTIR DO
PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito
obrigatório para a obtenção do grau de
licenciatura em Letras – Língua
Portuguesa da Faculdade de Ciências
da Linguagem (FACL) da
Universidade Federal do
Pará - Campus Abaetetuba.

Orientador: Prof. Dr. Yvens Ely Martins
Cordeiro

Abaetetuba-Pa

2025

- G633i Gomes, Daniele Rodrigues.
Os impactos da implementação do novo ensino médio: : um
olhar sobre uma escola da rede pública a partir do Programa
Dinheiro Direto na Escola / Daniele Rodrigues Gomes. — 2025.
43 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof. Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do
Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de Língua
Portuguesa, Abaetetuba, 2025.
1. Novo ensino médio. 2. PDDE Básico. 3. Políticas
públicas educacionais. 4. Gestão democrática. I. Título.

CDD 379

**OS IMPACTOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO: UM
OLHAR SOBRE UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA A PARTIR DO
PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito
obrigatório para a obtenção do grau de
licenciatura em Letras – Língua
Portuguesa da Faculdade de Ciências
da Linguagem (FACL) da
Universidade Federal do
Pará - Campus Abaetetuba.

Orientador: Prof. Dr. Yvens Ely Martins
Cordeiro

Defesa em: 4 de setembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro
(UFPA/Campus Abaetetuba) – Presidente - Orientador

Prof. Dr. Afonso Welliton de Sousa Nascimento
(UFPA/Campus Abaetetuba) – Membro Examinador

Profa. Dra. Helane de Fátima Gomes Fernandes
(UFPA/Campus Abaetetuba) – Membro examinador

Abaetetuba-Pa

2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e pela saúde que me permitiram chegar até aqui. Agradeço a minha família, em especial aos meus pais, Dailson e Mariene, o borracheiro e a costureira que me enchem de orgulho, à minha irmã, Dilene, que contribuiu consideravelmente para minha formação, tanto do caráter quanto acadêmica; e à minha sobrinha Isabelly por acreditar em mim mais do que eu mesma. Eles são minha base de apoio e inspiração que tornaram possível sonhar e alcançar, mesmo diante das dificuldades financeiras e dos desafios que surgem durante esse percurso.

Sou grata à "Paniele", assim chamado pela turma o meu grupo de amigas que compartilhávamos um sonho em comum, tornarmos-nos professoras, elas deixavam minhas noites de estudos e os trabalhos mais agradáveis, as quais levarei para a vida toda.

Agradeço também ao Programa Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais da Região Norte (CECAMPE NORTE), o qual me deu a oportunidade de aprendizado sobre Políticas Públicas Educacionais, assunto que me chamou a atenção por ser crucial para melhorias na educação pública (da qual sou resultado). Nele também fiz grandes e inspiradoras amizades durante o estágio, as quais faço questão de conservar; agradeço ao vice-coordenador do programa que me acompanhou durante a produção deste trabalho de conclusão de um sonho: ser a primeira da minha família a se formar em uma universidade pública.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a atual coordenação do meu curso que se empenhou bastante para que esse sonho não fosse novamente adiado; e a todos os professores dedicados da Faculdade de Ciências da Linguagem (FACL). Assim, considero que o diploma terá apenas o meu nome, mas é uma vitória para todos que participaram dessa longa trajetória

A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem

Paulo Freire

OS IMPACTOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO: UM OLHAR SOBRE UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA A PARTIR DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA

RESUMO

Este estudo identificou desafios da implementação do Novo Ensino Médio (NEM) na Escola Benvinda de Araújo Pontes, em Abaetetuba-PA, destacando o papel do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE Básico). O objetivo foi avaliar como PDDE Básico pode contribuir para a efetividade do NEM. Buscou-se compreender as motivações do distanciamento da proposta do NEM na escola, mesmo aderindo ao PDDE Básico. A metodologia combinou uma pesquisa de campo, bibliográfica e documental. O estudo revelou que a escola enfrenta falhas na prestação de contas e falta de participação da comunidade no Conselho Escolar o que contribui para bloqueios financeiros. Conclui-se que a efetivação do NEM está relacionada ao acompanhamento infraestrutural e pedagógico. Logo, o PDDE Básico se apresenta como potencial apoio financeiro. A pesquisa sugere que a escola siga princípios da Gestão Democrática para contornar esses desafios.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio. PDDE Básico. Política Pública Educacional. Gestão Democrática.

ABSTRACT

This study identified challenges in the implementation of the New High School (NEM) program at Benvinda de Araújo Pontes School, in Abaetetuba, Pará, highlighting the role of the Direct Money in School Program (PDDE Básico). The objective was to evaluate how PDDE Básico can contribute to the effectiveness of NEM. It sought to understand the reasons for the gap between the school's practices and the NEM proposal, even though it had adopted PDDE Básico. The methodology combined field, bibliographic, and documentary research. The study revealed that the school faces issues with financial accountability and a lack of community participation in the School Council, which contributes to financial blockages. It concludes that the successful implementation of NEM is related to infrastructural and pedagogical support. Therefore, PDDE Básico presents itself as potential financial support. It suggests that the school should follow the principles of Democratic Management to overcome these challenges.

Keywords: New High School. PDDE Basic. Educational Public Policy. Democratic Management.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BDTD: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BNCC: Base Nacional Comum Curricular

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNE/CP: Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica

ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio

EEX: Entidade Executora

FGB: Formação Geral Básica

FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ideGES-PDDE: Índice de Desenvolvimento da Gestão Descentralizada do PDDE

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC: Ministério da Educação

NEM: Novo Ensino Médio

PDDE: Programa Dinheiro Direto na Escola

PFC: Proposta de Flexibilização Curricular

PIBIC: Programa de Iniciação Científica

PMDE: Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
(programa antecessor ao PDDE)

PNE: Plano Nacional de Educação

PPP: Projeto Político-Pedagógico

SciELO: Scientific Electronic Library Online

SEB: Secretaria de Educação Básica (do MEC, portanto, SEB/MEC)

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UEX: Unidade Executora (entidade representativa da comunidade escolar para
receber recursos do PDDE)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Percepções dos entrevistados sobre os benefícios do NEM:.....	26
Quadro 2 - Percepções dos entrevistados sobre a utilização do PDDE:.....	27

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Respostas relativas à frequência dos professores nas reuniões do Conselho Escolar	29
Gráfico 2– Respostas relativas às formações ofertadas aos professores	30
Gráfico 3– Respostas relativas às adequações ainda necessárias para implementação do NEM	31

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem de um dos corredores da escola próximo de um dos portões.....	38
Figura 2 - Imagem da biblioteca da escola	38
Figura 3 - Banner com os alunos aprovados em instituição de ensino superior.....	39
Figura 4 - Captura de tela de publicação no perfil @BENVINDA.PONTES no Instagram com as últimas postagens até maio de 2025	40
Figura 5 - Captura de tela de publicação no perfil @BENVINDA.PONTES no Instagram com um anúncio de um dos principais projetos da escola, o Projeto Enem.....	40

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	12
2.	Aspectos gerais sobre o PDDE e o NEM.....	13
2.1.	O NEM e o PDDE no Pará: O que dizem as pesquisas acadêmicas científicas?	14
2.2.	A BNCC e o NEM: Desafios de sua implementação	17
2.3.	O Financiamento do PDDE para a reforma do NEM.....	19
3.	METODOLOGIA	21
3.1.	Caracterização do lócus da pesquisa	21
3.2.	Abordagem e delineamento da pesquisa	22
3.3.	Procedimentos metodológicos.....	23
3.4.	Análise dos dados.....	24
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	25
5.	CONCLUSÃO	33
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35
	ANEXOS	38
	ANEXO 1: REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA ESCOLA BENVINDA DE ARAÚJO PONTES	38
	ANEXO 2: CAPTURAS DE TELA DE PUBLICAÇÕES DO INTAGRAM DA ESCOLA BENVINDA DE ARAÚJO PONTES.....	40
	APÊNDICES.....	41
	APÊNDICE A: ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA A COORDENAÇÃO DA ESCOLA BENVINDA ARAÚJO PONTES	41
	APÊNDICE B: FORMULÁRIO DESTINADO AOS PROFESSORES QUE SE DISPONIBILIZARAM	42
	APÊNDICE C: RELATÓRIO DE SITUAÇÃO DA ESCOLA BENVINDA DE ARAÚJO PONTES	44

1. INTRODUÇÃO

Este artigo, sob o título "OS IMPACTOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO: UM OLHAR SOBRE UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA A PARTIR DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA" ¹ apresenta os resultados do trabalho de pesquisa desenvolvido no âmbito do Programa de Iniciação Científica (PIBIC), pela autora², durante o período dos anos de 2024 a 2025, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, seguindo orientações do Professor Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro³. O estudo se baseia no plano de trabalho "Políticas Públicas, Gestão Democrática e Controle Social: Desafios na efetivação do Programa Dinheiro Direto nas escolas do município de Abaetetuba, Amazônia", relacionando-o à realidade de uma escola pública localizada na cidade de Abaetetuba, no Pará.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) foi criado em 1995, regido atualmente pela Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 de setembro de 2021, com o objetivo de prestar apoio técnico e financeiro para melhorias na infraestrutura física e pedagógica, na autogestão escolar e participação comunitária da comunidade escolar. Apoio significativo para escolas que estão se ajustando às diretrizes da Lei nº 13.415 de fevereiro de 2017 (Lei do Novo Ensino Médio - NEM). Os conceitos centrais que orientam esta pesquisa são articulados em três eixos principais: 1) o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como importante política de financiamento educativo para superação dos desafios propostos pela reforma do NEM (Lei nº 13.415/2017); 2) os desafios enfrentados pela Escola Estadual de Ensino Médio em Tempo Integral Benvinda de Araújo Pontes; e 3) a convergência entre o PDDE Básico e a implementação do NEM na instituição. Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa por meio de análise documental e pesquisas bibliográficas; somando à pesquisa de campo na escola selecionada com entrevistas e aplicação de questionários; e avaliação de dados financeiros da escola a partir do Relatório de Situação no período de 2023 a 2024.

¹ Trabalho desenvolvido com o apoio do Programa PIBIC/UFPA.

² Graduanda do curso de Letras com licenciatura em Língua Portuguesa da Universidade Federal do Pará (campus de Abaetetuba-PA). Bolsista PIBIC. E-mail: daniele.gomes@abaetetuba.ufpa.br

³ Docente do campus universitário de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará. E-mail: yemcordeiro@ufpa.br

A educação básica deve garantir uma formação integral, articulando dimensões científicas, culturais e profissionais, em que rejeita perspectivas limitadas, “[...] Cumpre-nos, a partir daí, a responsabilidade de adequar os currículos à realidade existencial.[...] Então, não poderemos ter a relação das ciências como disciplinas separadas desenvolvendo formalmente um conteúdo desligado dos problemas reais [...]” (Vidal, 2011, p.33). No entanto, o modelo curricular anterior apresenta rigidez disciplinar, impedindo uma visão integrada do conhecimento. A reforma no Ensino Médio propôs, em 2017⁴, uma reestruturação profunda visando: flexibilização do currículo, criação dos Itinerários Formativos, redução da obrigatoriedade das disciplinas tradicionais e ampliação da carga horária total, objetivando a valorização, autonomia e a participação juvenil como protagonista do conhecimento.

Embora as premissas teóricas sejam atraentes propondo flexibilização curricular e introdução de Itinerários Formativos, o NEM exigiu das escolas públicas adaptações necessárias na estrutura física e pedagógica. Essas dificuldades são acentuadas com o desconhecimento das normas do PDDE Básico pela maior parte da comunidade escolar, visto que a efetividade do NEM depende de recursos financeiros para implementação dos Itinerários Formativos e Eletivas, por exemplo.

Com base no exposto, o objetivo geral deste estudo é analisar o impacto dos recursos do PDDE Básico (recebidos e não recebidos) na implementação do Novo Ensino Médio na Escola Benvinda de Araújo Pontes durante o período de 2023 a 2024. Enquanto os objetivos específicos são: a) Identificar os principais desafios enfrentados pela escola Benvinda de Araújo Pontes na implementação do NEM e avaliar como o PDDE Básico pode contribuir para superá-los; b) analisar que medidas a escola utilizou para mitigar os desafios; e c) verificar os efeitos da “insuficiência dos recursos” no cumprimento das metas do NEM.

2. ASPECTOS GERAIS SOBRE O PDDE E O NEM

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu que a União tem a obrigação de exercer uma função redistributiva e supletiva para garantir assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios, especialmente em áreas prioritárias, como por exemplo, a educação (Brasil, 1988, Art. 211). A partir desse princípio, deu-se a

⁴ Entrou em vigor a nova Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024 que revoga parcialmente a Lei nº 13.415 de fevereiro de 2017. Essa nova legislação começa a ser implementada gradualmente em 2025.

criação de políticas públicas específicas que possibilitassem repasses diretos às escolas. Assim, em 1995, o PMDE (Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental), ainda limitado ao ensino fundamental, evoluiu para o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e expandiu seu alcance para outras modalidades da educação básica da rede pública como o ensino médio.

O Plano Nacional de Educação (PNE)⁵, em que as bases gerais estão consolidadas na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), já previa a necessidade de diretrizes específicas para a etapa do ensino médio, com olhar voltado para o ensino integral do estudante. Portanto, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, alterou a LDB e implementou a Reforma do Novo Ensino Médio (NEM), na qual é possível identificar quatro pilares fundamentais, tais como a) ampliação da carga horária, b) criação dos Itinerários Formativos, c) formação integral do aluno e d) atenção a formação docente (Brasil, 2017).

Modernizar o ensino médio, torná-lo mais flexível e alinhado às necessidades do alunado, mantendo o foco na formação integral e preparação para o futuro é um desafio que não se resolve somente com mudanças curriculares, sendo imprescindíveis adequações na infraestrutura física e a garantia de condições materiais e pedagógicas no ambiente escolar. Diante do contexto, a gestão escolar tem um papel crucial: “A organização e gestão da escola correspondem, portanto, à necessidade de a instituição escolar dispor das condições e dos meios para a realização de seus objetivos específicos” (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2017, p. 411), isso inclui boa relação com as políticas públicas educacionais como o PDDE Básico, afinal, os recursos disponibilizados pelo programa podem contribuir significativamente para sanar as principais dificuldades que a escola enfrenta para a implementação do NEM.

2.1.O NEM e o PDDE no Pará: O que dizem as pesquisas acadêmicas científicas?

De acordo com Nogueira *et al.* (2024), a falta de infraestrutura das escolas está relacionada ao insucesso da implementação do NEM na região Norte, os autores argumentam "Além disso, a reforma curricular não acarretou melhora nos indicadores de desempenho, na medida que não foi acompanhada de suporte financeiro-econômico e

⁵ O Plano Nacional de Educação (PNE) é o principal instrumento de planejamento da política educacional do Brasil, ele estabelece diretrizes, metas e estratégias para um período de uma década. Atualmente o Brasil encontra-se em transição do PNE de 2014-2024 para cobrir o decênio 2024-2034.

didático-pedagógico para o acesso e permanência [...]” (Nogueira *et al.*, 2024, p. 15). Segundo Ramos *et al.* (2024), a falta de recursos para as escolas provém de alguns fatores como problemas logísticos e burocráticos, citam a realidade do Estado do Pará e enfatizam esse ponto:

O Estado do Pará, de acordo com o Censo Escolar 2021, apresenta uma demanda de 894 (oitocentos, noventa e quatro) escolas estaduais e 8.845 (oito mil, oitocentos, quarenta e cinco) escolas municipais totalizando 9.740 (nove mil, setecentos e quarenta) escolas paraenses. Porém, de acordo com a Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC, 91 (noventa e um) escolas estaduais e 2.808 (dois mil, oitocentos e oito) escolas municipais não dispõem de UEx ou são escolas que apresentam pendências nas respectivas prestações de contas ou até mesmo, pendências junto à Receita Federal. Entende-se que isso inviabiliza a captação de recursos [...] (Ramos *et al.*, 2024, p. 1751).

Ramos *et al.* (2024) destacam que alguns recursos escolares chegam às escolas através do PDDE, mas fatores como inadimplências fiscais impedem o repasse, o qual faz uma diferença considerável para a implementação de programas como o NEM. Os trabalhos também apontam alguns impasses para a implementação do programa, entre os quais vale mencionar: a infraestrutura inadequada, formação docente insuficiente e materiais didáticos limitados. Nogueira *et al.* (2024) mostram a realidade na região Norte e destacam que a falta de recursos financeiros e carência didático-pedagógica como o currículo inadequado à realidade amazônica e a precariedade da formação docente levam algumas escolas à readaptação na estrutura curricular da escola. Tais adaptações ocorrem, em grande parte, devido a escola apresentar estrutura inadequada para implementação do NEM e seus Itinerários Formativos.

As experiências de implementação dos estados da região norte apontam os equívocos e inadequação do NEM no que concerne à particularidade amazônica, uma vez que as escolas do campo denunciam que nessa modalidade a implementação não foi acompanhada de infraestrutura tecnológica e metodológica. Além disso, a reforma curricular não foi acompanhada de suporte financeiro-pedagógico para o acesso e permanência tanto no campo quanto na cidade. (Nogueira *et al.*, 2024, p. 15).

A realidade descrita pelos autores se manifesta na escola em análise nesta pesquisa, devido a falta de estrutura adequada o ensino é, muitas vezes, reduzido aos conteúdos de base tradicional para alcançar um objetivo mais tangível (aprovações em cursos superiores através do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM), isso acarreta

em uma rotina mais exaustiva aos alunos, visto que passam mais horas recebendo esses conteúdos, uma vez que a carga horária é mais extensa.

No trabalho de Sampaio e Silva (2024), sobre a percepção histórica e prospectiva do NEM no Brasil, são destacados alguns desafios. As autoras apontam que é crucial para implementação do NEM a adequada infraestrutura e formação docente, pois sem esse acompanhamento, as reformas não são efetivadas.

Apesar das várias reformas pelas quais o Ensino Médio passou ao longo da história do País, nunca algo tão desafiador havia sido promulgado e aprovado. Isso ocorreu com a Lei Federal nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, que, em 2022, surpreendeu muitos profissionais da educação que se encontravam despreparados para as mudanças substanciais nesta fase crucial da educação básica (Sampaio; Silva, 2024, p. 17).

Nas escolas em que o desafio de proporcionar o ensino integral é aceito, os impasses para que isso ocorra como a infraestrutura inadequada, a falta de formação docente continuada e eficaz torna esse processo ainda mais difícil. O estudo de Coutinho (2024), voltado para a implementação do NEM no Pará, mostra um estudo de caso em que a escola funcionava em imóvel alugado e possui estrutura deficiente. Na escola analisada, apesar de funcionar em imóvel próprio, possui estrutura deficiente, e mesmo sendo uma escola de grande porte, não tem quadra em funcionamento, nem laboratórios suficientes e biblioteca em reforma como expõe a Figura 2 (em anexo); logo, não se tem espaços adequados para a implementação do NEM que prevê Eletivas, Itinerários Formativos, dentre outros.

De acordo com as pesquisas bibliográficas, é perceptível que o PDDE Básico vem como uma forma suplementar crucial para implementação do programa NEM, pois é bastante clara sua importância. Entretanto, o programa depende de uma gestão escolar crítica e participativa, capaz de converter recursos em melhorias concretas, o que ainda é um desafio para a escola em análise.

Vasconcelos e Franck (2022) fornecem uma análise ampla do PDDE, incluindo seus objetivos, estrutura e desafios da gestão nos municípios do Brasil, utilizando o Índice de Desenvolvimento da Gestão Descentralizada do PDDE (ideGES-PDDE) para investigar o desempenho dos municípios brasileiros. Segundo as autoras, para municípios do Norte, como Abaetetuba-PA, a eficácia da gestão do PDDE ainda é um desafio e, em grande parte das vezes, isso ocorre por falta de capacitação para gestores escolares, monitoramento local e apoio técnico.

O trabalho de Vasconcelos e Franck (2022) destaca que a região Norte tem os índices mais baixos de gestão do PDDE, "Foi-se observado que, nas faixas de baixo e muito baixo desempenho, destacam-se a Região Norte, com o percentual de 56% [...]" (Vasconcelos; Franck, 2022, p. 54). Isso é evidenciado na escola em análise, pois apesar de entender a necessidade dos recursos do PDDE Básico, encontra-se inadimplente. Alguns fatores que contribuem para essa porcentagem podem ser destacados como: a) falta de capacitação sobre o programa; e b) falta de participação da comunidade no Conselho Escolar, o que implica diretamente em dificuldades na aplicação dos recursos ou até mesmo na falta deles, esses fatores se manifestam em: professores insatisfeitos com os materiais didáticos que não estão de acordo com a realidade da região; falta de espaços físicos para proporcionar atividades mais interativas nos Itinerários Formativos, tais como laboratórios, a quadra esportiva que não está pronta; entre outros. Nesse contexto, é válido afirmar que parte dessas dificuldades que poderiam ser amenizadas com recursos do PDDE Básico.

2.2.A BNCC e o NEM: Desafios de sua implementação

A BNCC (Brasil, 2018) aborda de forma crítica o modelo anterior de currículo do ensino médio por não atrair seu público alvo, por isso, traz a necessidade de se garantir a permanência e aprendizados dos estudantes de acordo com suas demandas e aspirações presentes e futuras; contemplar as necessidades do público jovem e as múltiplas culturas juvenis, levando em consideração as diferentes especificidades dos sujeitos. A BNCC e a reforma do NEM estão intrinsecamente relacionadas nesse propósito. Assim, a BNCC propõe:

Nesse cenário, cada vez mais complexo, dinâmico e fluido, as incertezas relativas às mudanças no mundo do trabalho e nas relações sociais como um todo representam um grande desafio para a formulação de políticas e propostas de organização curriculares para a Educação Básica, em geral, e para o Ensino Médio, em particular (Brasil, 2018, p.462).

O referencial dessa proposta são os Itinerários Formativos (Conjunto de unidades curriculares). Entre as principais mudanças, destacam-se: a flexibilidade curricular, maior articulação com a educação profissional, expansão progressiva do tempo integral e alinhamento com melhores experiências de outras realidades.

Os Itinerários Formativos foram lançados em dezembro de 2018 pelo Ministério da Educação (MEC), com estratégias para organização curricular. Eles devem ser baseados nas áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional; a partir de quatro eixos estruturantes, são eles: investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sociocultural e empreendedorismo.

A BNCC é um eixo estruturante para as mudanças promovidas pelo Novo Ensino Médio (NEM). Logo, o currículo da rede de sistemas de ensino deve obrigatoriamente ser composto por duas faces: 1) uma pela BNCC; e 2) pela diversificada, contemplando as especificidades de cada região do Brasil. No NEM, a divisão segue a Formação Geral Básica (FGB) e Itinerários Formativos (parte diversificada). A partir da BNCC devem ser feitos alinhamentos para o NEM, as competências e habilidades deixam de ser por ano escolar e passam a ser por área de conhecimento, mas é relevante salientar que a adequação dos currículos é feita por estado.

Segundo os resultados desta pesquisa, a efetividade de um novo ensino médio depende, principalmente, de infraestrutura adequada e formação docente continuada para que essa reestruturação alcance seus objetivos. Como afirma Coutinho (2024) “[...] O resultado aponta que reformas curriculares não serão capazes de atingir a raiz das problemáticas educacionais no Brasil sem investimentos em infraestrutura e valorização docente” (Coutinho, 2024, p. 8). Essa foi a realidade presenciada na Escola Benvinda de Araújo Pontes, em que a instituição não consegue corresponder às expectativas do NEM de forma efetiva.

Logo, apenas abordagem pedagógica não é suficiente para garantir transição para o NEM, mas é necessário que se reflita acerca de políticas públicas capazes de contribuir para a nova proposta de ensino. Afinal, a BNCC também fomenta a coerência entre políticas e ações para o alinhamento da infraestrutura para o pleno desenvolvimento da educação, formação de professores, avaliação, materiais didáticos, entre outros.

Portanto, mesmo que a BNCC e o NEM tenham um propósito inovador, a implementação exige monitoramento constante, bem como políticas públicas para assegurar tais condições adequadas, pois sem o devido acompanhamento, é possível que se agravem os problemas que motivaram a reforma do NEM.

2.3.O Financiamento do PDDE para a reforma do NEM

Esta pesquisa destaca entre os vários marcos legais e normativos que regem a implementação do NEM e o financiamento a Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 de setembro de 2021, que dispõe das orientações sobre PDDE Básico; a Resolução CNE/CP nº 4, de dezembro de 2018 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica; o Guia de Implementação do Novo Ensino Médio que também serve como documento orientador; a Portaria nº 649, de 10 de julho de 2018, que institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para participação; a Portaria nº 1.024 de 4 de outubro de 2018, que define as diretrizes do apoio financeiro por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) às unidades escolares pertencentes às Secretarias participantes do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (estabelecido pela Portaria MEC nº 649/2018), caso em que a escola em análise se encaixa, o que a torna apta a receber recursos do PDDE Básico.

Com o objetivo de definir diretrizes para o apoio financeiro do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) às escolas participantes do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, a Portaria nº 1.024, de 4 de outubro de 2018 define normas para recursos do PDDE na implementação do NEM, visando garantir flexibilização curricular, formação docente e Itinerários Formativos, como se pode verificar a seguir:

Art. 1º [...] apoio financeiro do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio [...] a ser realizado por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE [...] destinado às escolas que cumprirem com os requisitos estipulados nesta portaria [...] visando a implementação do Novo Ensino Médio, com ênfase na flexibilização curricular, formação docente, itinerários formativos e redução da evasão escolar. (Brasil, 2018, p. 19).

Outra grande referência é a Resolução CD/FNDE/MEC nº 21 de 14 de novembro de 2018, pois assegura recursos financeiros nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola a escolas públicas estaduais e distritais, com o intuito de apoiar a implementação do Novo Ensino Médio:

Art. 1º Ficam destinados recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, nas

categorias econômicas de custeio e de capital, em favor das escolas públicas estaduais e distritais, a fim de apoiar a implementação do Novo Ensino Médio [...] (Brasil, 2018, p. 2).

O documento é essencial para distinguir os mecanismos de financiamento para a implementação do NEM, uma vez que recursos financeiros são imprescindíveis para adequar à nova perspectiva de ensino médio proposta pela Lei nº 13.415/2017, tanto de forma estrutural quanto metodológica para que seja colocada em prática com êxito. É importante destacar que a escola precisa ter uma Proposta de Flexibilização Curricular (PFC) e estar de acordo com os critérios exigidos pela Resolução CD/FNDE/MEC nº 21 de 14 de novembro de 2018 para receber esses valores parcelados que devem ser aplicados.

Entretanto, somente a existência do programa PDDE Básico e a previsão de recursos no arcabouço legal, não garantem o sucesso da implementação, pois está intrinsecamente vinculada à eficiente gestão escolar, visto que falhas na administração implicam perda de recursos destinados à escola, dificultando ainda mais a implementação do NEM, que exige acompanhamento simultâneo de infraestrutura física e pedagógica.

Diante do levantamento de informações referentes às dificuldades da gestão escolar, fica evidente que a Gestão Democrática é de fundamental importância para a educação básica no Brasil, visto que ela é essencial para o bom funcionamento de programas de financiamento da manutenção educacional. Araújo, Guerra e Nascimento (2022) destacam alguns aspectos a serem implementados, a saber: capacitação; gestão participativa; controle social; e a gestão de recursos e autonomia (Araújo, Guerra e Nascimento, 2022, p. 5). visando maior eficiência e participação social, a fim de propor melhorias na administração de recursos.

A partir dessa perspectiva evidente no cenário de educação pública referente a implementação do NEM e ao papel fundamental das políticas públicas, para superar os impasses é compreensiva a relação entre os programas PDDE Básico e o NEM, evidenciando estratégias para melhorar o desempenho das escolas públicas a começar pela descentralização de recursos. Segundo Jannuzzi *et al.* (2024), o modelo descentralizado implica em gestão democrática e a participação ativa da comunidade escolar, logo, a gestão democrática mostra-se essencial para a administração escolar bem-sucedida.

3. METODOLOGIA

Esta investigação é de paradigma interpretativo, caracteriza-se por uma abordagem qualitativa por meio de uma pesquisa de campo realizada na Escola Estadual de Ensino Médio em Tempo Integral Benvinda de Araújo Pontes, localizada no município de Abaetetuba-PA. Os procedimentos metodológicos são de cunho bibliográfico, documental e de campo. Bibliográfico por meio da literatura sobre o NEM e o financiamento educacional e gestão escolar voltados para o PDDE Básico; documental através da análise de documentos oficiais como legislação, Portarias e Resoluções referentes aos programas em contexto (NEM e PDDE); e pesquisa de campo a partir da aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas, visando compreender as percepções e os processos da educação no âmbito da escola pública selecionada para analisar o impacto do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE Básico) e sua influência na implementação do Novo Ensino Médio (NEM), e assim, destacar os desafios que emergem durante a implementação do NEM e o desempenho da escola em relação ao PDDE Básico, como instrumento relevante de apoio financeiro para auxiliar nas principais dificuldades para implementação do NEM, levando em conta que esta pode não ser realidade apenas da escola em análise. A investigação toma sentido de acordo com os princípios da Pesquisa Social de Minayo, Deslandes e Gomes (2016), que considera a pesquisa uma atividade contínua e dinâmica entre sujeito e objeto, considerando os contextos locais e as interações entre os atores envolvidos.

3.1. Caracterização do lócus da pesquisa

Esta pesquisa teve como lócus a Escola Estadual de Ensino Médio Professora Benvinda de Araújo Pontes, localizada na Tv. Santos Dumont, nº 1315, no Bairro de São Lourenço, centro do município de Abaetetuba, no Estado do Pará. Uma instituição de ensino público que oferta o Novo Ensino Médio em Tempo Integral e utiliza recursos do PDDE Básico. Apesar da escola ofertar essa modalidade em Tempo Integral, o foco desta pesquisa foi apenas no programa Novo Ensino Médio.

De acordo com o Projeto Político-pedagógico (PPP), fornecido pela escola, a instituição passou por uma redução considerável do número de alunos em decorrência da transição para atendimento exclusivo do ensino médio. Possui 320 alunos e 33 professores do quadro efetivo (não há professores contratados), logo, são aproximadamente dez alunos para cada professor. A infraestrutura enfrenta um momento

crítico de reforma há, pelo menos, seis anos e conta com 16 salas de aula, porém os laboratórios e a biblioteca permanecem em reforma, bem como a quadra de esportes.

Esta pesquisa voltou-se para a instituição, pois a escola ganhou destaque devido o número considerável em aprovações de alunos em instituições de ensino superior através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), ultrapassando mais de 60 aprovações no ano de 2025, de onde surge a indagação sobre a contribuição do NEM para esse resultado, além disso, por tratar-se de uma escola pública do município e utilizar recursos do PDDE Básico. Apesar de algumas adequações terem ocorrido na instituição, durante a reforma pela qual a escola está passando, ainda existem desafios pertinentes, em grande medida, por falta de recursos financeiros, tais desafios são acentuados com a chegada do NEM e suas exigências físico-pedagógicas. É diante desse contexto que o PDDE emerge como opção potencial para reduzir essas carências, sobretudo pelo fato de descentralizar recursos financeiros, o que torna esta pesquisa relevante.

Nas seções subsequentes deste trabalho, serão apresentados os resultados da pesquisa de campo realizada com membros da instituição, como gestores e professores; associando-os à discussão dos achados de estudos científicos, com o objetivo de compreender o funcionamento e identificar os principais desafios a serem superados para implementação eficaz do NEM, bem como da gestão do PDDE Básico e propor possíveis caminhos para sua superação.

3.2. Abordagem e delineamento da pesquisa

A análise seguiu uma estratégia exploratória e descritiva permitindo, respectivamente, melhor compreensão do problema e expor as principais características relacionando as variáveis envolvidas. Por isso, decidiu-se estudar essa interação através da triangulação de métodos de Thiollent (2022), coordenando três eixos: documentos oficiais, como Leis, relatório, resoluções e normativas (do PDDE e NEM); entrevistas com equipes escolares; e verificação direta da infraestrutura escolar, dessa maneira, foi possível cruzar teoria e prática para a diagnose. A análise documental foi executada de acordo com as categorias da análise de conteúdo de Bardin (2016), que norteou a seleção de fontes (normas que regulamentam o PDDE Básico e documentos oficiais que orientam a implementação da reforma do NEM, entre outros). O estudo baseou-se na análise de documentos normativos e orientadores como o Relatório de Situação da escola; a Lei nº 13.415/2017, que institui o Novo Ensino Médio (NEM); a Resolução CNE/CP (Conselho

Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica) nº 4, de 17 de dezembro de 2018, a Portaria nº 1.024, de 4 de outubro de 2018, Resolução CD/FNDE/MEC nº 21, de 14 de novembro de 2018, entre outros. Esses documentos foram essenciais para compreender o marco legal e operacional do PDDE Básico e sua articulação com as demandas do Novo Ensino Médio, com o objetivo de comparar as diretrizes estabelecidas pelas normativas e o que ocorre cotidianamente na instituição selecionada. Com o propósito de avaliar a gestão de recursos do PDDE Básico na escola, foi utilizado o Relatório de Situação da Escola, fornecido pelo site do FNDE, em que foi possível conferir se os repasses foram efetivamente recebidos pela escola ou se houve irregularidade como a inadimplência, o que impede a escola de receber tais recursos, e assim, refletir acerca das lacunas que envolvem o PDDE Básico e verificar o que impede o programa de promover as devidas melhorias para a implementação do NEM.

A pesquisa não incluiu documentos oficiais da Secretaria de Educação local, limitando-se a fontes de abrangência nacional e estadual para garantir uma análise alinhada às diretrizes federais, logo, a análise feita cumpriu o objetivo de relacionar dois programas nacionais (PDDE Básico e NEM). Por esse motivo, os resultados não devem ser generalizados, mas servem como possíveis causas para investigação de trabalhos futuros. Para tanto, foram selecionados cinco artigos científicos, três capítulos de livros e uma dissertação de mestrado, recuperados em plataformas digitais de referência, tais como: SciELO (Scientific Electronic Library Online), Google Acadêmico, CAPES Periódicos e o repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), são eles, os trabalhos de Araújo, Guerra e Nascimento (2022); Araújo *et al.* (2024); Barbosa Junior e Lemos (2021); Coutinho (2024); Jannuzzi *et al.* (2024); Nogueira *et al.* (2024); Ramos, Cordeiro e Souza (2024); Sampaio e Silva (2024); Vasconcelos e Franck (2022). Esses materiais foram analisados por meio de leitura e categorização temática, com ênfase nos debates sobre financiamento educacional, gestão escolar e políticas públicas para o Novo Ensino Médio e Gestão Democrática.

3.3.Procedimentos metodológicos

Os dados coletados são de fontes primárias e secundárias, com entrevistas semiestruturadas com os gestores escolares (direção e coordenação) e questionários direcionados aos professores da instituição. A técnica utilizada para a coleta de dados deste trabalho seguiram as orientações de Gil (2022) que consiste em entrevistas

semiestruturadas e questionários. Foram realizadas entrevistas com gestores escolares em que foi utilizado um roteiro pré-definido; enquanto os questionários foram aplicados aos docentes de forma impressa, seguindo padrões de objetividade, de acordo com o autor. Simultaneamente acompanhadas de pesquisas documentais e observação direta na escola e em suas redes sociais.

Os princípios éticos em pesquisa foram seguidos, garantindo o sigilo e a proteção dos participantes, com os devidos cuidados: visitas a escola através de carta de apresentação à instituição para explicar os objetivos e procedimentos do estudo; utilizou-se Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os participantes das entrevistas. Tais procedimentos asseguram o cumprimento das diretrizes da Resolução do Conselho Nacional de Saúde CNS 510/2016, para regulamentação de pesquisas em Ciências Humanas, o que garante a voluntariedade e compreensão.

3.4. Análise dos dados

Esta pesquisa objetivou destacar os principais desafios decorrentes da Lei nº 13.415/2017 (Lei do Novo Ensino Médio) e como o PDDE Básico pode contribuir para superação desses desafios, relacionando a teoria pregada por documentos orientadores e a realidade na prática a partir de análises diretas. A análise de dados da pesquisa baseou-se em Bardin (2016), com análise de conteúdo em três momentos: pré-análise dos documentos oficiais (Leis, Medidas Provisórias, Portarias, Resoluções e Relatório de Situação); transcrições das entrevistas com formulação de quadros e gráficos para melhor visualização dos resultados.

O Relatório de Situação da Escola evidenciou falhas que explicam a situação da instituição de ensino. A observação direta, bem como as entrevistas e questionários tornaram possível encontrar os principais desafios enfrentados pela escola e a motivação deles. A seleção dos gestores escolares seguiu critérios baseados na Amostragem Intencional de Minayo, Deslandes e Gomes (2016), que prioriza sujeitos com conhecimento e vivência específicas sobre o objeto de estudo. Gestores com experiência de, no mínimo, dois anos de gestão escolar; que estejam familiarizados com a implementação do NEM; e sejam disponíveis para as entrevistas.

Nesse interim, foram entrevistados três gestores, pois foram os que cumpriram os critérios. A seleção de docentes seguiu os mesmos critérios de Amostragem Intencional de Minayo, Deslandes e Gomes (2016), logo, foram selecionados dez professores com,

no mínimo, dois anos de atuação em componentes curriculares reformulados pelo NEM e disponibilidade para o preenchimento do questionário impresso que, após serem recolhidos tiveram as informações repassadas manualmente para a plataforma Google Forms para formulação dos gráficos, visto que os professores acharam mais difícil responderem os questionários via link.

Para tratamento dos dados, foram utilizados pseudônimos no lugar do nomes dos participantes como “participante A, B e C”. As entrevistas foram gravadas e seguiram um roteiro com 15 perguntas pré-definidas com os principais tópicos: adaptação ao NEM, vantagens e desafios dos programas, posteriormente foram transformadas em tabelas no Word. O roteiro completo pode ser consultado no Apêndice A.

Os questionários foram disponibilizados em papel impresso com oito perguntas objetivas, de múltipla escolha (podendo ser encontrado no Apêndice B) e transformados em gráficos na plataforma Google Forms. A verificação da infraestrutura escolar e as redes sociais foram realizada por observação direta e registros fotográficos durante as visitas. As imagens podem ser visualizadas nos Anexos 1 e 2, nas Figuras 1, 2, 3, 4 e 5.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do diagnóstico obtido a partir das análises literárias sobre os programas NEM e PDDE Básico, das entrevistas, dos questionários e análises presenciais, os resultados foram discutidos de acordo com: a) percepção sobre o NEM: entre a teoria e a prática, b) a crise de gestão: inadimplência, desconhecimento e centralização de informações; c) a comunidade escolar: divulgação, participação e o papel do Conselho Escolar e d) as consequências.

As entrevistas feitas com a coordenação e direção da escola revelam que não há reprovação total quanto aos objetivos do NEM, eles reconhecem os benefícios que o NEM pode proporcionar como “A formação integral do aluno.” (Entrevistado 1, 2025), capaz de oferecer um ensino em que “ele (aluno) é protagonista mesmo do conhecimento.” (Entrevistado 3, 2025), conforme pode-se perceber no quadro 1 de respostas abaixo:

Quadro 1- Percepções dos entrevistados sobre os benefícios do NEM:

Pseudônimo	Respostas
Entrevistado 1	“A formação integral do aluno.[...]” (Entrevistado 1, 2025).
Entrevistado 2	“[...]então são benefícios administrativos, benefícios pedagógicos e eu diria até sociais, né?” (Entrevistado 2, 2025).
Entrevistado 3	“[...]ele (aluno) é protagonista mesmo do conhecimento.[...]” (Entrevistado 3, 2025).

Fonte: Entrevistas realizadas pela autora (2025)

Entretanto, a maioria desses benefícios são comprometidos severamente por impasses de infraestrutura, um dos entrevistados deixa isso evidente ao afirmar que “[...] traz resultados positivos, mas se ele fosse colocado na íntegra como ele foi planejado, com certeza o resultado seria melhor [...]” Entrevistado 3 (2025). Essas colocações dos gestores da escola reforçam os resultados da análise crítica de Coutinho (2024) em uma escola piloto de Belém-PA, em que aborda as contradições entre o discurso e a prática na implementação do Novo Ensino Médio, também destaca a falta de infraestrutura adequada. Realidade comparada ao que foi percebido na escola em análise, pois, de acordo com as respostas, o NEM não funciona na escola em sua total perspectiva devido à falta de adequação estrutural.

De acordo com a análise do Relatório de Situação da Escola Benvinda de Araújo Pontes, obtido através do site oficial do FNDE e pode ser encontrado no Apêndice C desta pesquisa, a escola enfrenta uma crise de gestão financeira. Nessa análise, desconsideram-se ajustes monetários e transferências adicionais; e toma-se base nos repasses médios transferidos pelo programa PDDE Básico (estimados no período de 2023 a 2024); o cálculo obedece aos critérios estabelecidos pelo PDDE Básico como: valor por aluno/ano (varia conforme a etapa de ensino e modalidades); e valor fixo por escola (para custos administrativos).

Segundo as informações coletadas no relatório até abril de 2025, considerando que a prestação de contas de 2023 não foi entregue até a data de 31 de outubro de 2023, a escola não recebeu os repasses de 2024. Logo, estima-se que deixou de receber, pelo menos, R\$ 33.780 em 2024, vale ressaltar que o valor real pode variar conforme os ajustes do FNDE. A continuidade da inadimplência resulta em bloqueios que se acumulam ano a

ano; caso não o impasse não seja resolvido, a escola corre o risco de perder, pelo menos, R\$ 67.560 reais de verbas do PDDE Básico referentes aos anos de 2025 e 2026.

A instituição apresenta falhas na prestação de contas, resultando em retenção de recursos do PDDE Básico, essa falha é reconhecida pela direção “[...]a nossa, nós estamos dois anos com problemas de inadimplência e estamos corrigindo agora, mas o recurso é importante, sim.” (Entrevistado 2, 2025).

Essa problemática confere com o trabalho de Vasconcelos e Franck (2022) em que as autoras retratam a insuficiência na gestão de recursos públicos repassados no âmbito educacional, sobretudo em regiões com o índice baixo ou muito baixo de desempenho no PDDE (como é caso da região Norte apontado na pesquisa) o que é um desafio para a escola em questão. O estudo de Ramos *et al.* (2024) destacam que tais problemas são agravados por uma gestão escolar não efetiva. De acordo com os autores, os principais desafios são decorrentes da centralização das informações e falta de capacitação para os gestores. Na escola em análise, esses fatores ficam explícitos, de acordo com o quadro 2 abaixo, em que a coordenação demonstra falta de informação sobre o programa PDDE Básico somada a concentração de informação:

Quadro 2 - Percepções dos entrevistados sobre a utilização do PDDE:

Pseudônimo	Respostas
ENTREVISTADO 1	“concordo porque eu concordo com qualquer recurso que vem [...] faz muito tempo que eu não entro no PDDE, eu não tenho mais acesso, eu não faço mais nada por lá.” (Entrevistado 1, 2025).
ENTREVISTADO 2	“lógico que tem uma burocracia muito grande, então qualquer coisinha, a escola fica inadimplente [...] a nossa, nós estamos dois anos com problemas de inadimplência e estamos corrigindo agora, mas o recurso é importante, sim.” (Entrevistado 2, 2025).
ENTREVISTADO 3	“essa eu não vou te responder no texto. A direção vai responder.” (Entrevistado 3, 2025).

Fonte: Entrevistas realizadas pela autora (2025)

Vale considerar que outro problema relacionado às dificuldades apresentadas pela coordenação da escola é a rotatividade de gestores, visto que durante esta pesquisa houve troca de representação da direção por duas vezes. Esse fator é discutido por Araújo *et al.*

(2024) que menciona saldos significativos não executados nas contas das escolas e ressalta alguns motivos como burocracia, rotatividade de gestores e falta de capacitação.

Segundo Barbosa Junior e Lemos (2021), a gestão de uma escola deve se basear na participação coletiva, transparente e descentralizada. No entanto, o envolvimento da comunidade escolar mostrou-se, com este estudo, um verdadeiro desafio para a escola Benvinda de Araújo Pontes. Isso pode ser percebido desde a maneira de divulgação até a frequência nas reuniões periódicas e no Conselho Escolar. A instituição afirma que a divulgação das principais informações acontecem pelas redes sociais e reuniões periódicas; no entanto, além de não haver quadros com avisos para essas reuniões, as redes sociais da escola não costumam postar convocações ou até mesmo decisões tomadas nessas reuniões, mas a maioria das postagens são voltadas para projetos da escola, como pode-se verificar nas Figuras 4 e 5 no anexo deste trabalho, em que são destaques os voltados para preparação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e também postagens dos aprovados no exame.

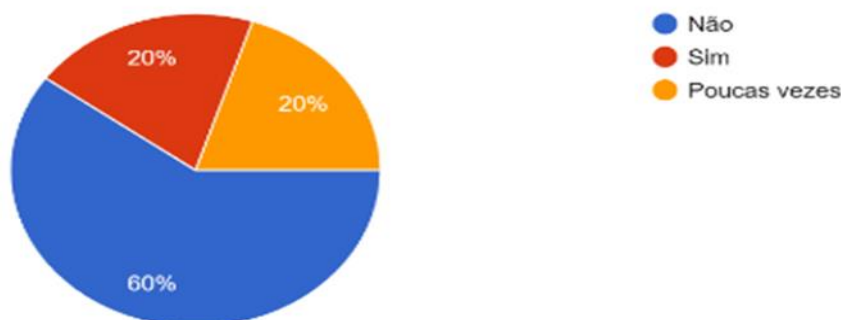
Além disso, a própria coordenação apontou que “[...] dos 300 pais que temos aqui na escola, apenas cento e pouco aparecem nas reuniões, vem na escola, então vem matricular o filho e só vem saber do resultado no final do ano, falta aquele acompanhamento mais de perto entre família e escola [...]” (Entrevistado 2, 2025). Ou seja, se não acompanham as reuniões periódicas, provavelmente, não acompanham a prestação de contas da escola, nem mesmo decisões quanto ao novo modelo de ensino; esse comportamento também é retratado no trabalho de Coutinho (2024) onde revela que a implementação do NEM ocorreu sem a participação efetiva da comunidade escolar.

Essa baixa participação da comunidade também acontece por parte dos professores, como mostra o gráfico 1 abaixo, em que a maioria dos professores que participaram do questionário não frequentam reuniões do Conselho Escolar (60% que não frequentam somam aos 20% que frequentam poucas vezes).

Gráfico 1– Respostas relativas à frequência dos professores nas reuniões do Conselho Escolar

Costuma frequentar reuniões do Conselho Escolar da Escola?

10 respostas



Fonte: Elaborado pela autora com base no Google Forms (2025)

De acordo com Araújo, Guerra e Nascimento (2022), a participação de pais e professores em conselhos escolares limitada fragiliza o controle social sobre os recursos. Há evidências da necessidade dessa participação, visto que todos os envolvidos dependem de uma boa infraestrutura física e pedagógica. Logo, não devem trabalhar de forma alheia à comunidade, nem mesmo os professores, como bem coloca Libâneo Libâneo, Oliveira e Toschi (2017) ao afirmar a necessidade do envolvimento de toda a comunidade escolar, incluindo os professores:

A nosso ver, o exercício da profissão ganha mais qualidade se o professor conhece bem o funcionamento do sistema escolar (as políticas educacionais, as diretrizes legais, as relações entre escola e sociedade etc.) e das escolas (sua organização interna, as formas de gestão, o currículo, os métodos de ensino, o relacionamento professor-aluno, a participação da comunidade etc.) e se aprende a estabelecer relações entre essas duas instâncias. (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2017, p. 411).

Assim, compreende-se algumas razões da inadimplência e do desempenho parcial do NEM na instituição, visto que a maior parte dos envolvidos não conhecem ou não sabem informações sobre o PDDE Básico, sendo um programa de grande importância para a implementação do NEM.

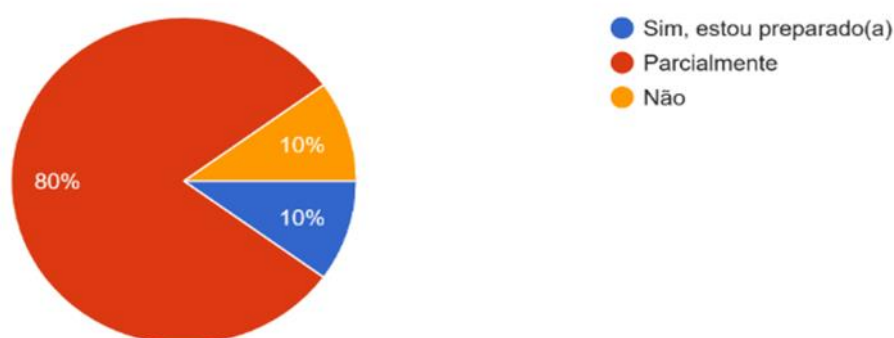
Há consequências que decorrem da falta de participação e dos problemas de gestão como e que afetam diretamente a implementação do NEM, visto que recursos do PDDE Básico que contribuiriam significativamente para a implementação encontram-se retidos. Dentre essas consequências destacam-se aqui os impasses: a) na formação docente; b) impacto no projeto pedagógico; que decorrem também de c) falta de infraestrutura e recursos didáticos adequados.

O gráfico 2 abaixo mostra que 90% dos professores não se sentem preparados para esse novo modelo de ensino (10% somam aos 80% que se sentem parcialmente preparados). Os dados confirmam os resultados da investigação de Coutinho (2024) em que classifica as formações docentes de forma negativa “acaba consumindo as formações massificadas propostas pela rede, desconsiderando as especificidades de cada forma de oferta do ensino médio no estado” (Coutinho, 2024 p. 121).

Gráfico 2– Respostas relativas às formações ofertadas aos professores

As formações oferecidas para atuar no Novo Ensino Médio foram suficientes?

10 respostas



Fonte: Elaborado pela autora com base no Google Forms (2025)

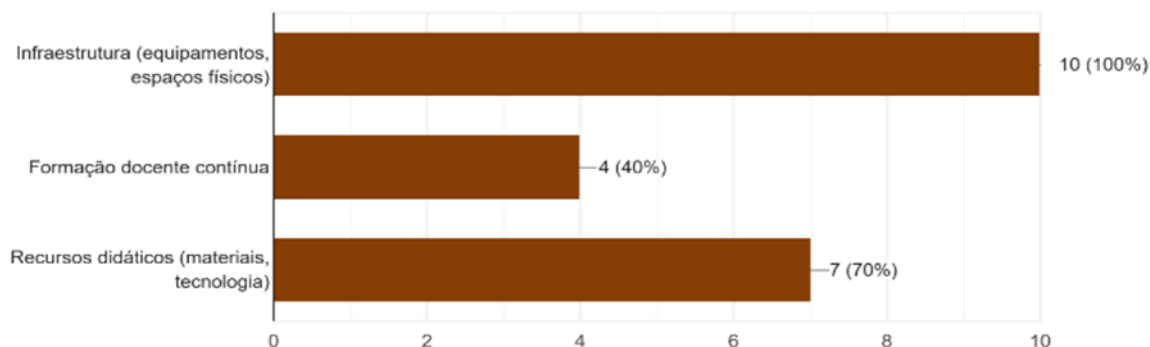
Diante das carências, a escola segue por outro objetivo mais tangível, na maioria das vezes, o ingresso ao ensino superior. Logo, pode-se notar, na escola em análise, o investimento em conteúdos tradicionais, pois são os que compõem o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), principal meio de ingresso no ensino superior em universidades públicas e particulares.

Essas carência afeta um diferencial do NEM que são os Itinerários Formativos, mas para se ter exito na implementação, são necessárias adequações. Apesar de terem sido observadas melhorias na infraestrutura da escola, essas não foram suficientes, pois, segundo o corpo docente entrevistado, a escola ainda encontra-se inadequada, como é possível observar no gráfico 3 abaixo:

Gráfico 3– Respostas relativas às adequações ainda necessárias para implementação do NEM

O que ainda falta para implementar adequadamente o NEM na escola? (pode marcar mais de uma opções)

10 respostas



Fonte: Elaborado pela autora com base no Google Forms (2025)

O gráfico 3 mostra que 100% dos professores acreditam que as adequações necessárias para o bom desempenho do NEM estão relacionadas à infraestrutura (equipamentos, espaços físicos), 70% deles apontaram também a falta de recursos didáticos (materiais, tecnologia, etc.). Ou seja, a escola não possui estrutura física e nem pedagógica adequadas para implementar o NEM com eficácia.

Logo, diante da coleta de dados analisados nesta pesquisa, fica evidente que a instituição não atende integralmente à proposta do NEM; também não tem acesso a parte dos recursos disponibilizados pelo PDDE Básico, apesar de reconhecer tanto as vantagens do ensino integral quanto a necessidade dos recursos do PDDE que estão retidos. Alguns fatores são revelados como a falta de formação continuada para o corpo docente, bem como falta de capacitação sobre o PDDE Básico para os gestores. Além disso, há fatores abrangentes que englobam os demais: ausência de participação efetiva dos pais e professores no Conselho Escolar; e falta de informações sobre a prestação de contas da escola ou centralização delas, somado à rotatividade de representantes da direção.

Este trabalho evidenciou a necessidade de recursos financeiros descentralizados como o PDDE Básico para o sucesso do NEM, no entanto, o gerenciamento deficiente do programa leva a consequências negativas, interferindo diretamente nesse processo, visto que os principais desafios citados para a efetivação do NEM fazem parte de ações que o PDDE Básico busca sanar. Seguindo o modelo de pesquisa de Minayo de Minayo, Deslandes e Gomes (2016), a análise revela que o desconhecimento sobre o PDDE Básico pelos gestores não é um acaso, mas um sintoma da desarticulação entre políticas públicas e a realidade escolar.

Como afirma o trabalho de Araújo, Guerra e Nascimento (2022), a Unidade Executora (UEX) exerce um papel fundamental e precisa estar sempre munida de todos os tipos de informações referentes ao gerenciamento da escola, sobretudo acerca dos programas educacionais que colaboram diretamente com o sucesso da instituição. Assim, uma gestão bem-sucedida requer capacitação dos agentes envolvidos e que promovam participação da comunidade escolar, garantindo autonomia da gestão de recursos; o trabalho também destaca que a descentralização traz a possibilidade de captação de mais recursos para a instituição.

Diante dos impasses destacados nesta pesquisa, uma potencial solução consiste na implementação de estratégias pautadas pela Gestão Democrática. O estudo de Barbosa Junior e Lemos (2021) destaca pontos imprescindíveis para a Gestão Democrática:

Os princípios que norteiam a gestão democrática são: descentralização: as decisões e ações devem ser elaboradas e executadas baseadas no diálogo e na negociação entre os participantes; participação: todos os envolvidos no dia a dia escolar devem participar da gestão (diretores, funcionários, professores, estudantes, familiares e/ou responsáveis e comunidade local); e transparência: toda e qualquer decisão relativa às políticas a serem desenvolvidas e às ações a serem realizadas devem ter caráter público (Barbosa Junior; Lemos, 2021, p. 78).

É igualmente importante que o Conselho Escolar tenha alta qualidade e seja tratado com a devida relevância, uma vez que é um órgão crucial para a escola e sua representação deve ser, de fato, diversa com o máximo de participação possível. O trabalho de Barbosa Junior e Lemos (2021) também apresenta a relevância da direção escolar bem alinhada e estável. Logo, diante dos resultados desta pesquisa é necessário que, não somente a escola Benvinda de Araújo Pontes, mas também outras instituições que se encontram com os mesmos impasses, adotem como estratégia prioritária a Gestão Democrática, pois a descentralização da gestão escolar é urgente para o êxito da gestão de programas como o PDDE Básico e assim, proporcionar melhorias significativas para implementação de programas como o Novo Ensino Médio (NEM) entre outros.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho buscou analisar o papel do PDDE Básico como instrumento de apoio financeiro nas mudanças exigidas pela reforma no Novo Ensino Médio (NEM), a partir da pesquisa de campo realizada na Escola Benvinda de Araújo Pontes. De acordo com a literatura sobre os programas NEM e PDDE Básico na região Norte, ficou claro que mesmo o NEM tendo propostas inovadoras que objetivam romper com a rigidez do currículo anterior, com a flexibilidade curricular e os itinerários formativos; somente reformas curriculares não são suficientes para resolver os problemas educacionais brasileiros, mas é necessário que se tenha investimentos infraestruturais e pedagógicos, como aponta o trabalho de Coutinho (2024).

A pesquisa revela que a escola analisada lida com dificuldades críticas para efetividade do NEM, como infraestrutura inadequada (falta de laboratórios ou laboratórios inacabados, quadra de esportes e biblioteca sem condições de uso, etc.) e falta de formação docente. Alguns desses impasses poderiam ser atendidos através de recursos disponibilizados pelo PDDE Básico, pois mesmo diante das dificuldades evidenciadas, a escola encontra-se com importantes recursos financeiros retidos por conta de inadimplências na prestação de contas com o PDDE, fazendo com que a instituição não receba verbas essenciais que facilitariam no cumprimento dos objetivos do NEM.

As falhas na prestação de contas ocorrem, sobretudo, por centralização da gestão, por falta de formação para gestores escolares e falta participação da comunidade no Conselho Escolar, como bem colocado por Barbosa Junior e Lemos (2021) que apoia a adoção de estratégias baseadas na Gestão Democrática e defende seus princípios como: Descentralização, Participação e Transparência na Gestão Escolar (Barbosa Junior; Lemos, 2021, p. 78).

A análise das entrevistas, questionários e verificação direta revelaram ainda que a instituição não segue os princípios de Gestão Democrática à risca, visto que foram percebidos alguns fatores como: centralização de informação sobre o PDDE Básico na figura do diretor, informações sobre prestação de contas não divulgadas de forma acessível e falta de participação da comunidade no Conselho Escolar. Ainda revelou que a maioria dos professores não se sente preparada para essa nova perspectiva de ensino e o principal motivo é a falta de formação continuada para esses profissionais.

A investigação de Coutinho (2024) destaca contradições entre o discurso oficial do NEM (flexibilização e protagonismo juvenil) e a realidade prática, como a falta de

infraestrutura física e pedagógica adequadas e a ausência de consulta à comunidade escolar. Na escola Benvinda de Araújo Pontes, essa contradição também faz com que a escola não alcance a proposta inovadora do NEM e, para obter resultados positivos, investe em conteúdos de base tradicional, assim, o número de discentes aprovados em instituições de ensino superior através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que tem como conteúdo assuntos da FGB, é relevante na instituição.

Desse modo, a efetividade do NEM deve ser acompanhada por Gestão Democrática com participação de toda a comunidade escolar; capacitações para gestores escolares de forma regular para que possam gerir com êxito programas como o PDDE Básico e, assim conseguir recursos para melhorias na infraestrutura física e pedagógica, e formação continuada para docentes. Esses são pontos cruciais para desenvolvimento dos propósitos apresentados pelo NEM e monitoramento contínuo para se consolidar plano de capacitação a gestores e professores, cronograma de prestação de contas e divulgação eficaz.

Recomenda-se, também, ampliação de pesquisas voltadas para a função das EEXs e UEXs no processo de implementação do NEM e capacitação de gestores sobre as políticas públicas capazes de fornecer apoio financeiro, como o PDDE Básico. E faz-se necessário trabalhos que correlacionem o Novo Ensino Médio (NEM) ao tempo integral, visto que os desafios aqui identificados são ainda mais intensos com o Programa Tempo Integral nas escolas, pois em vez que proporcionar educação inclusiva, integral e flexível, podem intensificar problemas existentes, como a evasão escolar nessa etapa da educação básica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Kathy Souza Xavier de; GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira; NASCIMENTO, Giselle Oliveira do. **A importância da gestão democrática participativa na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 11, n. 3, e51411326916, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i3.26916>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/26916>. Acesso em: 4 abr. 2025.

ARAÚJO, Paulo Henrique Cirino; GINU, Hugo Ferreira; JANNUZZI, Paulo de Martino. **Análise de cobertura e desempenho do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**. In: JANNUZZI, Paulo; FERREIRA, Vicente; FERRAREZI, Elisabete (Org.). Avaliação sistêmica e multicêntrica do Programa Dinheiro Direto na Escola: proposta conceitual e estudos de avaliabilidade. v. 1. [Ebook] Goiânia: Cegraf UFG, 2024. p. 256-333. ISBN 978-85-495-0903-1.

BARBOSA JUNIOR, Walter Pinheiro; LEMOS, Eden Ernesto da Silva. **Conselho Escolar e a gestão democrática da educação: convivência e aprendizagem na escola**. In: LUIZ, M. C. (Org.). Escola constituída com participação: conselho escolar. São Carlos: SEaD-JUSCAR Editora, 2021. p. 77-99.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3. reimp. da 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016. Título original: L'analyse de contenu. ISBN 978-85-62938-04-7.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 17 jun. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018**. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ed. 241, seção 1, p. 120-122, 18 dez. 2018. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104101-rcp004-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 24 maio 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, seção 1, p. 44-46, 24 maio 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução nº 21, de 14 de novembro de 2018**. Destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola, a escolas públicas estaduais e distritais, a fim de apoiar a

implementação do Novo Ensino Médio[...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, p. 51-52, 16 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 649, de 10 de julho de 2018**. Institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para participação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ed. 132, seção 1, p. 72, 11 jul. 2018. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2540/portaria-mec-n-649>. Acesso em: 20 de mar. 2025.

BRASIL. **Portaria nº 1.024, de 4 de outubro de 2018**. Define as diretrizes do apoio financeiro por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola às unidades escolares pertencentes às Secretarias participantes do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio[...]. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 2018. Seção 1, p. 21.

BRASIL. **Resolução CD/FNDE nº 15, de 16 de setembro de 2021**. Dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, Brasília, 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica[...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Seção 1, p. 1.

COUTINHO, Soraya Paula Francineth Souza. **O novo ensino médio na rede pública do estado do Pará: implementação em uma Escola Piloto**. 2024. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48139/tde-21112024-151406/>. Acesso em: 2 de abr. 2025.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786559771653. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/>. Acesso em: 08 ago. 2025.

JANNUZZI, P.; FERREIRA, V.; FERRAREZI, E. (org.). **Avaliação Sistêmica e Multicêntrica do Programa Dinheiro Direto na Escola: Proposta Conceitual e Estudos de Avaliabilidade**. 2. ed. Goiânia: Cegraf UFG, 2024. v. 1.

JANNUZZI, Paulo *et al.* Avaliação Sistêmica e Multicêntrica do Programa Dinheiro Direto na Escola: premissas epistêmicas e plano de avaliação. In: JANNUZZI, Paulo; FERREIRA, Vicente; FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Avaliação sistêmica e multicêntrica do Programa Dinheiro Direto na Escola: proposta conceitual e estudos de avaliabilidade**. v. 1. [Ebook]. Goiânia: Cegraf UFG, 2024. p. 38-69. ISBN: 978-85-495-0903-1.

LIBÂNEO, José C.; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos). São Paulo: Cortez Editora, 2017. E-book. p.411. ISBN 9788524926013. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524926013/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. (Série Manuais Acadêmicos). ISBN 9786557136072.

NOGUEIRA, Sílvia Cristina Conde *et al.* Tensionamentos, disputas e implicações educacionais do novo Ensino Médio nas amazônias. **Ponto de Vista**, Viçosa, MG, v. 13, n. 2, p. 1-21, 2024. DOI: <https://doi.org/10.47328/rpv.v13i2.16899> Acesso em: 2 de abr. 2025.

RAMOS, Eriston Pereira; DUTRA, Edivaldo Rodrigues; CORDEIRO, Yvens Ely Martins; SOUZA, Alexandre Augusto Cals e. Políticas públicas de educação: panorama da educação conectada no estado do Pará, Amazônia. **Revista Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 21, n. 1, p. 1743-1760, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n1-089. Acesso em: 24 de mar. 2025.

SAMPAIO, Maralize Gomes Souza; SILVA, Andréa Villela Mafra da. Ensino Médio no Brasil: Uma Análise Histórica e Prospectiva. **Revista Latino-Americana de Estudos Científicos**, [S. l.], v. 5, n. 25, p. 1-22, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55470/relaec.44423>. Acesso em: 9 abr. 2025.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2022. E-book. p.131. ISBN 9786555553055. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555553055/>. Acesso em: 08 mai. 2025.

VASCONCELOS, A.; FRANCK, L. N. S. Análise da gestão dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) nos municípios. **Conhecimento e Diversidade**, Niterói, v. 14, n. 32, p. 48-73, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18316/rcd.v14i32.9050>. Acesso em: 1 de abr. 2025.

VIDAL, Diana G. Dermeval Saviani - **Pesquisa, Professor e Educador**. São Paulo: Autêntica Editora, 2011. E-book. p.25. ISBN 9786559283736. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559283736/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

ANEXOS

ANEXO 1: REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA ESCOLA BENVINDA DE ARAÚJO PONTES

Figura 1 - Imagem de um dos corredores da escola próximo de um dos portões



Fonte: imagem da autora (2025)

Figura 2 - Imagem da biblioteca da escola



Fonte: imagem da autora (2025)

Figura 3 - Banner com os alunos aprovados em instituição de ensino superior



Fonte: imagem da autora (2025)

ANEXO 2: CAPTURAS DE TELA DE PUBLICAÇÕES DO INSTAGRAM DA ESCOLA BENVINDA DE ARAÚJO PONTES

Figura 4 - Captura de tela de publicação no perfil @BENVINDA.PONTES no Instagram com as últimas postagens até maio de 2025



Fonte: Captura de tela da autora (2025)

Figura 5 - Captura de tela de publicação no perfil @BENVINDA.PONTES no Instagram com um anúncio de um dos principais projetos da escola, o Projeto Enem



Fonte: Captura de tela do autor (2025)

APÊNDICES

APÊNDICE A: ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA A COORDENAÇÃO DA ESCOLA BENVINDA ARAÚJO PONTES

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO DA ESCOLA BENVINDA PONTES:

Qual sua função aqui na escola?

Há quanto tempo você exerce essa função na escola?

O Novo Ensino Médio funciona desde quando?

Quais são os principais benefícios que o Novo Ensino Médio trouxe para os alunos e a comunidade escolar?

Como a escola tem divulgado ou envolvido a comunidade no Novo Ensino Médio?

Qual é a sua avaliação geral sobre o Novo Ensino Médio? Qual o maior desafio encontrado pela escola nesse programa?

A escola recebe verba adicional para a implementação do Novo Ensino Médio?

Essa verba é suficiente para cobrir as necessidades do programa?

A escola tem Conselho Escolar?

A escola utiliza ou já utilizou recursos do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola)?

Qual é a sua avaliação sobre o PDDE e sua utilidade para a escola?

Qual o maior desafio para a utilização do PDDE na escola?

De que forma o PDDE poderia contribuir?

Como você avalia os resultados? Quais melhorias você sugere para o programa?

O PDDE pode ser um importante instrumento para apoiar a implementação Novo Ensino Médio. Você concorda?

APÊNDICE B: FORMULÁRIO DESTINADO AOS PROFESSORES QUE SE
DISPONIBILIZARAM

QUESTIONÁRIO SOBRE O PDDE E O NOVO ENSINO MÉDIO

Destinado aos professores da Escola Benvida Pontes

Objetivo: Conhecer a percepção dos docentes sobre a implementação do **Novo Ensino Médio**, visando identificar desafios e oportunidades de melhorias a partir do **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**.

Nome (opcional):

Instruções:

1. Participação voluntária e anônima. (seu nome não será divulgado);
2. As respostas serão usadas apenas para fins de diagnóstico institucional;
3. Responda com base na sua experiência prática na escola.

SEÇÃO 1 – PERFIL DO DOCENTE

1. **Área de atuação (disciplina/componente curricular):** _____
2. **Há quanto tempo você trabalha com o Novo Ensino Médio? (marque uma opção)**
 - ☐ Menos de 1 ano
 - ☐ De 1 a 2 anos
 - ☐ Mais de 2 anos
 - ☐ Não atuo diretamente no NEM
3. **Leciona em:**
 - ☐ BNCC (Formação Geral Básica)
 - ☐ Itinerários Formativos
 - ☐ Ambos
4. **Costuma frequentar reuniões do Conselho Escolar da Escola?**
 - ☐ Não
 - ☐ Poucas vezes

- ☐ () Sim

SEÇÃO 2 – RECURSOS E IMPLEMENTAÇÃO

4. **Você observou melhorias na escola (infraestrutura, materiais) com os recursos do PDDE?**

- ☐ () Sim → **Quais?** _____
- ☐ () Não
- ☐ () Sim, mas não sei informar se foi o PDDE que proporcionou

5. **As formações oferecidas para atuar no Novo Ensino Médio foram suficientes?**

- ☐ () Sim, estou preparado(a)
- ☐ () Parcialmente → **O que faltou?** _____
- ☐ () Não → **Motivo:** _____

6. **O que ainda falta para implementar adequadamente o NEM na escola?** *(pode marcar mais de uma opções)*

- ☐ () Infraestrutura (equipamentos, espaços físicos)
- ☐ () Formação docente contínua
- ☐ () Recursos didáticos (materiais, tecnologia)
- ☐ () Outros: _____

7. **Qual mudança do NEM você considera mais positiva?**

- ☐ () Flexibilidade curricular (Itinerários Formativos)
- ☐ () Foco em competências socioemocionais
- ☐ () Integração com a realidade local/projetos
- ☐ () Nenhuma
- ☐ () Outra: _____

8. **Principal desafio encontrado na implementação do NEM:**

- ☐ () Falta de formação para professores
- ☐ () ENEM com o mesmo modelo de avaliação
- ☐ () Público da escola
- ☐ () Infraestrutura

☐ () Outros: _____

APÊNDICE C: RELATÓRIO DE SITUAÇÃO DA ESCOLA BENVINDA DE ARAÚJO PONTES



Relatório de Situação da Escola

Dados da Escola

Cod. Escola:	1555186	Nome Escola:	ESCOLA ESTADUAL PROF BENVINDA DE ARAUJO PONTES		
UF:	PA	Município:	ABAETETUBA	Rede de Ensino:	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL
Nível Ensino			Qtd Alunos		
ENSINO FUNDAMENTAL			149		
ENSINO MÉDIO			374		
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO			20		
TOTAL			543		

Unidade Executora Própria (UEX)

Executora:	CONS ESCOLAR DA ESCETADUAL DE ENS FUND E MEDIO PROFBENVI	CNPJ:	03.583.889/0001-75	UF:	PA	Município:	ABAETETUBA
-------------------	--	--------------	--------------------	------------	----	-------------------	------------

Dados Bancários

Programa/Ação	Banco	Agência	Conta	Saldo	Ocorrência
PDDE QUALIDADE	001	1000	0000405361	3,03	-
PDDE	001	1000	0000527971	0,55	-

Situação da Unidade Executora Própria (UEX)

Dados Cadastrais	Não há pendência quanto ao cadastro da UEx , uma vez que o mandato do dirigente está vigente. Entretanto, solicitamos que verifiquem se os dados referentes ao percentual, e-mail e telefone necessitam de atualização.				
Mandato do dirigente	Início do mandato: 01/12/2022 Fim do mandato: 28/12/2025				
Prestação de Contas	Consta, na base de dados do FNDE, inadimplência com Prestação de Contas de recursos recebidos à conta do PDDE (se não regularizar a(s) pendência(s) até 31 de Outubro, o FNDE não repassará recursos à UEx). <table border="1"> <tr> <td>Ano Exercício</td><td>Programa</td></tr> <tr> <td>2023</td><td>PDDE QUALIDADE</td></tr> </table>	Ano Exercício	Programa	2023	PDDE QUALIDADE
Ano Exercício	Programa				
2023	PDDE QUALIDADE				

Situação da Entidade Executora - EEx (Prefeitura Municipal e Secretaria Estadual de Educação)

Adesão ao PDDE	A Entidade Executora - EEx (Prefeitura Municipal e Secretaria Estadual de Educação) aderiu ao PDDE neste exercício. Data de adesão: 18/03/2025				
Prestação de Contas	Consta, na base de dados do FNDE, inadimplência ² com Prestação de Contas de recursos do PDDE, ou ações agregadas (enquanto não regularizada(s) a(s) pendência(s), todas as escolas vinculadas à Entidade Executora - EEx (Prefeitura Municipal e Secretaria Estadual de Educação) ficarão sem receber os recursos do programa). <table border="1"> <tr> <td>Ano Exercício</td><td>Programa</td></tr> <tr> <td>2023</td><td>PDDE QUALIDADE</td></tr> </table>	Ano Exercício	Programa	2023	PDDE QUALIDADE
Ano Exercício	Programa				
2023	PDDE QUALIDADE				

Destinação	VI Devido Custeio	VI Devido Capital	VI Devido Total	VI Ajuste Custeio	VI Ajuste Capital	VI Ajuste Total	VI Final Devido Total	VI Pago Custeio	VI Pago Capital	Valor Pago Total	Data Ord. Pcto
PDDE / PDDE Basico - 2 Parcela	5.084,00	1.271,00	6.355,00	0,00	0,00	0,00	6.355,00	0,00	0,00	0,00	
PDDE / PDDE Basico - 1 Parcela	5.084,00	1.271,00	6.355,00	0,00	0,00	0,00	6.355,00	0,00	0,00	0,00	
Subtotal	10.168,00	2.542,00	12.710,00	0,00	0,00	0,00	12.710,00	0,00	0,00	0,00	-
PDDE QUALIDADE / Educação Conectada 2024	3.328,00	0,00	3.328,00	0,00	0,00	0,00	3.328,00	0,00	0,00	0,00	
Subtotal	3.328,00	0,00	3.328,00	0,00	0,00	0,00	3.328,00	0,00	0,00	0,00	-
Total Geral	13.496,00	2.542,00	16.038,00	0,00	0,00	0,00	16.038,00	0,00	0,00	0,00	-

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação – FNDE (2025). Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/pddeinfo/index.php/pddeinfo/escola/consultar>. Acesso em: 8 abr. 2025.